

O BEM VIVER NA CONSTITUIÇÃO DO EQUADOR

Preâmbulo:

Nós, o povo soberano do Equador,
reconhecendo as nossas raízes milenares, forjadas por
mulheres e homens de distintos povos,
celebrando a natureza, a Pacha Mãe, da qual fazemos
parte e que é vital para a nossa existência,
invocando o nome de Deus e reconhecendo as nossas
diferentes formas de religiosidade e espiritualidade,
fazendo apelo para a sabedoria de todas as culturas
que nos enriquecem como sociedade, como herdeiros
das lutas sociais de libertação diante de todas
as formas de dominação e colonialismo, e com um
profundo compromisso com o presente e o futuro,
Decidimos construir
uma nova forma de convivência cidadã, em diversidade
e harmonia com a natureza, para alcançar o
bem viver, o sumak kawsay;
uma sociedade que respeita, em todas as suas dimensões,
a dignidade das pessoas e das coletividades;
um país democrático, comprometido com a integração
latino-americana – sonho de Bolívar e Alfaro –,
com a paz e a solidariedade para com todos os
povos da terra; e,
no exercício da nossa soberania,
na Cidade Alfaro, Montecristi, província de Manabí,
assumimos
a presente Constituição...

Artigos que citam o Sumak Kawsay, o bem viver:

Art. 14. – É reconhecido o direito do povo a viver
em um ambiente sã e ecologicamente equilibrado,
que garanta a sustentabilidade e o ***bem viver, sumak kawsay.***

Declara-se de interesse público a preservação do
ambiente, a conservação dos ecossistemas, a biodiversidade
e a integridade do patrimônio genético do
país, a preservação do meio ambiente e a recuperação
dos espaços naturais prejudicados.

Art. 26. – A educação é um direito das pessoas
ao longo de sua vida e um dever ineludível e indesculpável
do Estado. Constitui uma área prioritária da

política pública e da aplicação estatal, garantia da
igualdade e inclusão social e condição indispensável
para o ***bem viver.***

Art. 32. – A saúde é um direito que o Estado
garante, cuja realização está vinculada ao exercício
dos outros direitos, entre eles, o direito à água, à
alimentação, à educação, à cultura física, ao trabalho,
à segurança social, aos ambientes sadios que sustentam
o ***bem viver.***

Art. 74. – As pessoas, as comunidades, as povoações
e as nacionalidades terão direito a se beneficiar
do ambiente e das riquezas naturais que lhes permitam
o ***bem viver.*** Os serviços ambientais não serão
suscetíveis de apropriação; a sua produção, prestação,
uso e aproveitamento serão regulamentados pelo
Estado.

Art. 83/1. – As políticas públicas e a prestação de
bens e serviços públicos se orientam a tornar efetivos
o ***bem viver*** e todos os direitos, e se formularão a
partir do princípio de solidariedade.

Art. 97. – Todas as organizações poderão desenvolver
formas alternativas de mediação e solução de
conflitos, nos casos em que a lei o permita; atuar por
delegação da autoridade competente, com a assunção
da devida responsabilidade compartilhada com
esta autoridade; exigir a reparação de danos causados
por entes públicos ou privados; formular propostas
e reivindicações econômicas, políticas, ambientais,
sociais e culturais; e as demais iniciativas para o ***bem viver.***

Art. 250. – O território das províncias amazônicas
faz parte de um ecossistema necessário para o equilíbrio
ambiental do planeta. Este território constituirá
uma circunscrição territorial especial para a qual
existirá uma planificação integral que faz parte de
uma lei e que incluirá aspectos sociais, econômicos,
ambientais e culturais, com uma organização territorial
que garanta a conservação e a proteção dos seus
ecossistemas e o princípio do ***sumak kawsay.***

Art. 258. – A província de Galápagos terá um
governo de regime especial. O seu planejamento e

desenvolvimento serão organizados em função de um estrito apego aos princípios de conservação do patrimônio natural do Estado e do **bem viver**, em conformidade com o que determine a lei.

Art. 275. – O regime do desenvolvimento é o conjunto organizado, sustentável e dinâmico dos sistemas econômicos, políticos, socioculturais e ambientais, que garantam a realização do **bem viver**, do **sumak kawsay**.

O **bem viver** exigirá que as pessoas, comunidades, povoações e nacionalidades gozem efetivamente dos seus direitos, e exerçam responsabilidades diante da interculturalidade, do respeito às suas diversidades, e da convivência harmoniosa com a natureza.

Art. 277. – Para se conseguir o **bem viver** serão deveres gerais do Estado...


Art. 278. – Para se conseguir o **bem viver** as pessoas e as coletividades, e as suas diversas formas organizativas, lhes corresponde...

Art. 283. – O sistema econômico é social e solidário; reconhece o ser humano como sujeito e fim; propende a uma relação dinâmica e equilibrada entre sociedade, Estado e mercado, em harmonia com a natureza; e tem por objetivo garantir a produção e reprodução de condições materiais e não materiais que possibilitem o **bem viver**.

Art. 290/2. Tomar-se-á cuidado para que o indivíduo público não afete a soberania, os direitos, o **bem viver** e a preservação da natureza.

Art. 319. – São reconhecidas diversas formas de organização da produção na economia, entre outras, as comunitárias, cooperativas, empresas públicas ou privadas, associativas, familiares, domésticas autônomas e mixtas. O Estado promoverá formas de produção que assegurem o **bem viver** da população e desincentivará aquelas que atentem contra os seus direitos ou os direitos da natureza; favorecerá a produção que satisfaça a demanda interna e garanta a ativa participação do Equador no contexto internacional.

Art. 387. – Será responsabilidade do Estado:

1. Facilitar e impulsionar a incorporação à sociedade do conhecimento dos objetivos do desenvolvimento.
2. Promover a generalização e produção de conhecimento, fomentar a investigação científica e tecnológica, e potencializar as sabedorias ancestrais, para assim contribuir à realização do **bem viver**. 

...E NA DA BOLÍVIA

Capítulo segundo:

PRINCÍPIOS, VALORES E FINS DO ESTADO

Art. 8. I. O Estado assume e promove como princípios ético-morais da sociedade plural: *ama ghillá*, *ama llulla*, *ama suwa* (não seja frouxo, não seja mentiroso, nem seja ladrão), *suma gamaña* (viver bem), *ñandereko* (vida harmoniosa), *teko kavi* (vida boa), *ivi maraei* (terra sem mal) e *qhapaq ñan* (caminho ou vida nobre).

II. O Estado se sustenta nos valores de unidade, igualdade, inclusão, dignidade, liberdade, solidariedade, reciprocidade, respeito, complementariedade, harmonia, transparência, equilíbrio, igualdade de oportunidades, equidade social e de gênero na participação, *bem estar* comum, responsabilidade, justiça social, distribuição e redistribuição dos produtos e bens sociais para **viver bem**.

Art. 9. São fins e funções essenciais do Estado, além dos que estabelece a Constituição e a lei:

1. Constituir uma sociedade justa e harmoniosa, cimentada na descolonização, sem discriminação nem exploração, com plena justiça social, para consolidar as identidades plurinacionais.

2. Garantir o bem estar, o desenvolvimento, a segurança e a proteção e igual dignidade das pessoas, das nações, dos povos e das comunidades, e fomentar o respeito mútuo e o diálogo intracultura, intercultural, e na pluralidade de línguas.

3. Reafirmar e consolidar a unidade do país, e preservar como patrimônio histórico e humano a diversidade plurinacional.

4. Garantir o cumprimento dos princípios, valores, direitos e deveres reconhecidos e consagrados nesta Constituição.

5. Garantir o acesso das pessoas à educação, à saúde e ao trabalho.

6. Promover e garantir o aproveitamento responsável e planejado dos recursos naturais e impulsionar a sua industrialização, através do desenvolvimento e do fortalecimento da base produtiva nas suas diferentes dimensões e níveis, assim como a conservação do meio ambiente, para o bem estar das gerações atuais e futuras. 